

# ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E AS CONDIÇÕES DE RENDIMENTO DAS IDOSAS NO BRASIL

---

Cristiane Soares

E-mail: cristiane.soares@ibge.gov.br

**Resumo:** A redução das taxas de fecundidade e de mortalidade no caso brasileiro tem sido responsável pela configuração de um novo padrão demográfico, no qual se observa uma sobrelotação das mulheres. A questão da “feminização” do envelhecimento é apontada como um problema para as políticas públicas, considerando o perfil sociodemográfico das idosas. A grande maioria das idosas não contribuiu para a Previdência Social e tem baixa escolaridade. A falta de rendimento e o não reconhecimento do trabalho reprodutivo das mulheres as colocam, muitas das vezes, em situação de dependência. Este estudo mostra que, do ponto de vista quantitativo, as políticas assistenciais têm atingido seu público-alvo – principalmente as mulheres idosas em situação de pobreza.

**Palavras-chave:** envelhecimento populacional; idosos; rendimento; gênero.

**Abstract:** The reduction of the fertility and mortality rates in Brazilian case has been responsible for the configuration of the new demographic standard, with a surplus of women. The question of “feminization” of the elderly people has been considered a problem for public policies, according to their socio-demographic profile. Most women did not contribute for the social security and has low education. Furthermore, most women do not receive any earning and there is no recognition of their reproductive work. So, several women in this age are in condition of economic dependence. In this article we show, in a quantitative perspective, the aim of the social policy has been reached – mainly women in condition of poverty.

**Keywords:** population ageing; elderly people; income; gender.

## Introdução

No Brasil, a literatura recente em demografia tem exaustivamente abordado a questão do envelhecimento populacional como um processo acelerado, caracterizado pela queda da mortalidade e da fecundidade<sup>1</sup> (BELTRÃO et al, 2004a, AGOSTINHO; MÁXIMO, 2006, CAMARANO, 2002, entre outros). A sobrevivência das mulheres, as mudanças no âmbito da família, as condições de vida dos idosos e as implicações para o regime de Previdência Social são alguns temas que têm tido destaque nessa discussão (FÍGOLI, 2001, NASCIMENTO, 2001, ANDRADE, 2001).

No que se refere à sobrevivência das mulheres e às mudanças no âmbito da família, Moreira (2001) e Nascimento (2001) destacam a “feminização” do envelhecimento populacional, que é explicada pelos diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres, tendendo a se ampliar nos grupos etários mais avançados. Nascimento (2001) aborda ainda a realidade das mulheres idosas quanto ao suporte familiar e afirma que, com a redução do tamanho das famílias e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, funções tradicionalmente e culturalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado dos idosos, são parcialmente transferidas para o Estado. Para ele, a questão da “feminização” do envelhecimento é um problema para as políticas públicas não somente sob o aspecto quantitativo, mas em relação ao perfil dessas novas beneficiárias. Essa geração de mulheres, na sua maioria, não participou do mercado de trabalho, e mesmo aquelas que trabalharam tiveram como principal porta de entrada o serviço doméstico, marcado pela baixa formalização. Além disso, um elevado contingente de idosas é pouco escolarizado e com baixa qualificação profissional.

De acordo com Nascimento (2001), a situação demográfica atual numa perspectiva de gênero reflete não somente o diferencial de mortalidade, mas uma organização social na qual homens e mulheres têm papéis bastante diferenciados. Histórica e culturalmente, a mulher assume uma posição subalterna e dependente. Mas essa realidade está mudando e, certamente, um novo perfil da população idosa irá se delinear nos próximos anos. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho, o número crescente de mulheres chefes de família, uma maior escolarização feminina, entre outros aspectos, configuram esse novo perfil.

---

<sup>1</sup> De acordo com Beltrão et al (2004a), em 1940, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais de idade era de 4% e de 8,6% em 2000. Estima-se que em 2020 esse percentual será de 14%.

Ainda no âmbito da família, Nascimento (2001) destaca que, à medida que as mulheres assumem novas “funções” fora da esfera familiar e com a redução da fecundidade, isto é, cada vez menos membros da família “disponíveis” para o cuidado do idoso e também menos tempo, surgem novas demandas sociais.<sup>2</sup> Com efeito, as condições de cuidado e atendimento aos idosos ficam comprometidas em função dessas mudanças sociodemográficas.

Sobre as condições de vida dos idosos, Agostinho e Máximo (2006) ressaltam que, devido à falta de reformas que acompanhassem as mudanças na estrutura etária da população no Brasil, os idosos no país representam um grupo com várias vulnerabilidades, não somente educacional, de saúde e de mobilidade, mas principalmente no que se refere às condições de rendimento. A partir de uma análise comparativa entre os grupos etários mais jovens e numa perspectiva multidimensional, os autores concluem que as mulheres mais velhas apresentam uma maior vulnerabilidade. Além disso, destacam a importância das características individuais e de saúde nos estudos de pobreza que abordam esse grupo etário.

Agostinho e Máximo (2006) tratam a vulnerabilidade não apenas da perspectiva de renda – quando não tem aposentadoria ou pensão –, mas também para aqueles que ainda estão no mercado de trabalho. Neste último caso, nem sempre pode ser considerada uma escolha; em grande parte é por necessidade. Berquó e Baeninger (2000) destacam ainda que o processo de envelhecimento pode reforçar as desigualdades frente à qualidade de vida e bem-estar dos diversos segmentos populacionais, contribuindo para aumentar as chances de exclusão.

Do ponto de vista do impacto do envelhecimento populacional para o sistema previdenciário brasileiro, Beltrão et al(2004a) ressaltam que essa mudança na estrutura etária no caso brasileiro demanda políticas públicas específicas para os grupos sociodemográficos envolvidos. Para esses autores, a relação entre envelhecimento e dependência tem impacto em três áreas: a previdenciária, a assistencial e de saúde.<sup>3</sup> A dependência *stricto sensu* está relacionada com o descompasso entre produção e consumo dos idosos. Com a redução da população em idade ativa, tem-se uma redução

<sup>2</sup> O número de membros na família tem reduzido, mas a proporção de famílias com idosos tem aumentado. Segundo Camarano (2002), em 1998, 23,2% das famílias brasileiras tinham um idoso e, em 2008, de acordo com os microdados da PNAD, esse percentual passou para 26%.

<sup>3</sup> Romero (2002) destaca a existência de poucos estudos sobre a saúde dos idosos e estrutura familiar numa perspectiva de gênero. Em seu estudo, a autora conclui que as mulheres tendem a reportar com maior frequência as doenças crônicas do que os homens. Além disso, a estrutura familiar impacta a avaliação de saúde dos idosos.

dos contribuintes, em face de uma maior concessão e prolongamento de benefícios previdenciários e assistenciais.<sup>4</sup>

Andrade (2001) aponta, por exemplo, para a necessidade de reforma do sistema previdenciário brasileiro devido à redução da relação contribuintes/beneficiários conduzido pelo novo perfil demográfico. O autor faz uma análise sobre os sistemas de seguridade – capitalização total e repartição –<sup>5</sup> e mostra que, no caso brasileiro, o novo padrão demográfico tem gerado desequilíbrios estruturais na manutenção do regime público de repartição da Previdência Social desde a década de 1980. Sendo esses desequilíbrios manifestados não só no componente demográfico, senão econômico e político-institucional.

Moreira (2001) ressalta que, com a redução da população jovem, haverá uma maior pressão sobre a Previdência Social quanto ao financiamento das demandas impostas pelas gerações anteriores. Tal aspecto irá exigir não somente uma revisão das políticas sociais, mas particularmente no emprego, ampliando-o e garantindo uma maior formalização. Nesse sentido, Fígoli (2001) destaca que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho pode atenuar um pouco essa pressão, aumentando a proporção de ativos.<sup>6</sup>

O presente artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta parte introdutória. Na seção seguinte, é traçado o perfil dos idosos no Brasil, em 2008, quanto às características de sexo, idade, situação do domicílio, condição na família, educação, trabalho e rendimento. Na terceira seção, é abordada a questão do envelhecimento e a Previdência Social, trazendo para a discussão, inclusive, se o reconhecimento do trabalho reprodutivo constitui uma nova demanda social ao levar em consideração as condições de rendimento das mulheres. Na quarta seção, são feitos os comentários finais.

---

<sup>4</sup> Segundo a autora, a dependência dos idosos é determinada pela provisão de rendas por parte do Estado, de modo que a importância da aposentadoria cresce com a idade.

<sup>5</sup> O regime de repartição é caracterizado pelo equilíbrio entre receitas e despesas correntes. No caso do regime de capitalização o valor médio dos benefícios depende do volume acumulado das contribuições, da gestão do fundo e do número esperado de anos de sobrevivência dos beneficiários após se aposentarem.

<sup>6</sup> Além disso, a autora ressalta que em função das mudanças na estrutura etária e no novo padrão por gênero também se configura no tipo de aposentadoria. Dada a maior participação dos homens no mercado de trabalho, neste grupo predominam as aposentadorias por tempo de serviço. Por outro lado, no caso das mulheres, predomina as aposentadorias por idade.

## Perfil dos idosos brasileiros por sexo

No Brasil, em 2008, havia mais de 21 milhões de idosos, entre os quais 56% eram do sexo feminino. O excedente feminino é ainda maior à medida que avança a idade. Na população com 70 anos ou mais, o número de mulheres supera o dos homens em 38% ou cerca de 16 pontos percentuais em termos relativos (Tabela 1). Esses resultados são reflexos do processo de transição demográfica pelo qual país vem passando nos últimos anos, de um lado com a queda na taxa de fecundidade e, de outro, com a redução da mortalidade, ocasionada principalmente pelas inovações e descobertas no campo da saúde. As projeções da população apontam uma crescente participação dos idosos na população total, cuja estimativa da esperança de vida ao nascer em 2050 é de 78,1 anos para os homens e de 84,5 anos para as mulheres.

**Tabela 1** - População total e pessoas de 60 anos de idade por grupos de idade e sexo - Brasil e Grandes Regiões - 2008

REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL			PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS			RELATIVO (%)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
<b>BRASIL</b>	189.952.795	48,7	51,3	21.039.084	43,8	56,2	11,1	10,0	12,1
Norte	15.326.541	50,0	50,0	1.082.850	48,0	52,0	7,1	6,8	7,4
Nordeste	53.493.060	48,9	51,1	5.440.850	44,0	56,0	10,2	9,1	11,1
Sudeste	79.799.766	48,1	51,9	9.921.816	42,7	57,3	12,4	11,0	13,7
Sul	27.556.230	48,7	51,3	3.332.796	44,0	56,0	12,1	10,9	13,2
Centro-Oeste	13.777.198	49,2	50,8	1.260.772	47,4	52,6	9,2	8,8	9,5

REGIÕES	60 - 64 ANOS			65 - 69 ANOS			70 ANOS OU MAIS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
<b>BRASIL</b>	6.506.748	45,5	54,5	5.158.660	44,7	53,3	9.373.676	42,1	57,9
Norte	364.900	48,3	51,7	279.311	50,1	49,9	438.639	46,3	53,7
Nordeste	1.601.062	44,6	55,4	1.364.194	44,8	55,2	2.475.594	43,2	56,8
Sudeste	3.056.451	44,9	55,1	2.363.194	43,1	56,9	4.501.794	40,9	59,1
Sul	1.079.740	46,4	53,6	822.958	45,6	54,4	1.430.098	41,3	58,7
Centro-Oeste	404.595	48,4	51,6	328.626	48,7	51,3	527.551	45,9	54,1

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

Os movimentos migratórios em direção às áreas urbanas são destacados por Camarano e Abramovay (1999).<sup>7</sup> Os autores ressaltam um envelhecimento e “masculinização” do rural brasileiro. De fato, o êxodo ruralse intensificou a partir da década de 1950, e com o processo de industrialização

<sup>7</sup> Segundos os autores, entre 1960-80 o êxodo rural contabilizou mais de 27 milhões de migrantes.

brasileiro, atingiu seu máximo na década de 1970. Os resultados para 2008 confirmam essa tendência. Mais de 80% dos idosos brasileiros estão nas áreas urbanas, com uma maior concentração de mulheres (57,7%), reflexo da sobremigração feminina iniciada na segunda metade do século passado (Tabela 2). Por outro lado, nas áreas rurais, os homens idosos são maioria (51,4%). Com uma taxa de fecundidade mais elevada e forte fluxos emigratórios, Camarano e Abramovay (1999) ressaltam, ainda, o crescimento da razão de dependência no setor rural.

**Tabela 2** - Pessoas de 60 anos ou mais de idade por sexo e situação do domicílio Brasil e Grandes Regiões 2008

REGIÕES	URBANO			RURAL		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
<b>BRASIL</b>	<b>17.547.316</b>	<b>42,3</b>	<b>57,7</b>	<b>3.491.768</b>	<b>51,4</b>	<b>48,6</b>
Norte	831.581	45,3	54,7	251.269	56,8	43,2
Nordeste	3.783.382	41,3	58,7	1.657.468	50,3	49,7
Sudeste	9.175.176	42,0	58,0	746.640	51,3	48,7
Sul	2.685.323	42,7	57,3	647.473	49,7	50,3
Centro-Oeste	1.071.854	45,4	54,6	188.918	58,9	41,1

**Fonte IBGE** - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

No cenário rural brasileiro, os indicadores sociodemográficos apontavam vários problemas em diversas áreas: educação, saneamento, renda, entre outras. A crescente pobreza e exclusão se somaram a uma população de velhos e crianças. Entretanto, com a unificação do regime de Previdência Social e concessão de aposentadorias aos trabalhadores rurais, a partir da Constituição de 1988 verificou-se uma redução da pobreza, sobretudo entre os idosos (AGOSTINHO; MÁXIMO, 2006).

Beltrão et al(2004b) analisaram as mudanças nas condições de vida dos idosos rurais em função das mudanças na legislação brasileira, que estabeleceu a concessão de benefícios não contributivos dirigidos a essa população. Os autores concluem que os benefícios rurais têm desempenhado um papel importante na redução da pobreza e melhora na distribuição de renda dos idosos. Além disso, ressaltam que o benefício proporcionou um maior empoderamento para os idosos, principalmente para as mulheres. Apesar do envelhecimento e da masculinização no rural brasileiro, o problema da falta de rendimento é mais significativo entre as mulheres idosas.

A condição de educação dos idosos é marcada por uma baixa escolaridade, com um elevado percentual de analfabetos (30,9% entre homens e 33,2% no caso das idosas). Os percentuais de idosos analfabetos mais do que dobram no Norte e Nordeste do país, comparado com o Sudeste e o Sul. Com efeito, mais da metade da população com 60 anos ou mais de idade pode ser considerada analfabeta funcional, com menos de quatro anos de estudo (Tabela 3).

**Tabela 3** - Distribuição da população de 60 anos ou mais de idade por sexo e grupos de estudo - Brasil e Grandes Regiões - 2008

TOTAL	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO (%)			
			SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	1 A 3 ANOS	4 A 8 ANOS	9 ANOS OU MAIS
<b>BRASIL</b>	<b>21.021.954</b>	<b>4,1</b>	<b>32,2</b>	<b>19,5</b>	<b>31,3</b>	<b>17,1</b>
Norte	1.080.192	3,0	44,3	21,0	22,7	11,9
Nordeste	5.437.769	2,7	52,1	17,2	18,9	11,8
Sudeste	9.915.255	4,9	22,8	19,0	37,1	21,0
Sul	3.328.590	4,4	21,8	23,6	38,7	15,9
Centro-Oeste	1.260.148	3,8	37,1	20,5	25,8	16,7

HOMENS	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO (%)			
			SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	1 A 3 ANOS	4 A 8 ANOS	9 ANOS OU MAIS
<b>BRASIL</b>	<b>9.211.067</b>	<b>4,3</b>	<b>30,9</b>	<b>19,6</b>	<b>30,7</b>	<b>18,8</b>
Norte	518.256	2,9	44,0	22,6	22,6	10,7
Nordeste	2.395.685	2,7	53,8	16,7	17,8	11,7
Sudeste	4.232.983	5,3	19,8	19,3	36,7	24,2
Sul	1.466.356	4,7	19,6	23,6	38,8	17,9
Centro-Oeste	597.787	4,0	33,9	21,6	27,0	17,5

MULHERES	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO (%)			
			SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	1 A 3 ANOS	4 A 8 ANOS	9 ANOS OU MAIS
<b>BRASIL</b>	<b>11.810.887</b>	<b>3,9</b>	<b>33,2</b>	<b>19,4</b>	<b>31,7</b>	<b>15,7</b>
Norte	561.936	3,1	44,6	19,5	22,9	13,1
Nordeste	3.042.084	2,8	50,7	17,6	17,8	11,8
Sudeste	5.682.272	4,6	25,1	18,9	36,7	18,6
Sul	1.862.234	4,2	23,5	23,7	38,8	14,3
Centro-Oeste	662.361	3,6	40,0	19,5	27,0	15,9

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

O perfil de rendimento dos idosos, que será tratado com mais detalhe na seção seguinte, mostra que cerca de 42% destes vivem com um rendimento familiar de até um salário mínimo *per capita*, sendo que 11% dos idosos podem ser enquadrados no segmento pobre da população. Em termos relativos, uma parcela um pouco maior dos homens idosos (11,8%) está em situação de pobreza, se comparada com a das idosas. Entretanto, em números absolutos, a pobreza é ligeiramente mais intensa entre as mulheres idosas (1,2 milhão contra 1,08 milhão). Do ponto de vista regional, assim como se configura para o conjunto da população, a região Nordeste apresenta os piores indicadores de rendimento para as pessoas de 60 anos ou mais de idade (Tabela 4).

No âmbito familiar, a maior parte dos idosos assume a posição de pessoas de referência (64%), seguido da condição de cônjuge (24%). No entanto, os homens prevalecem na posição de chefe (57,6%), enquanto as mulheres estão fortemente concentradas na condição de cônjuge (83,9%). Ainda nessa perspectiva de gênero, vale ressaltar o percentual de mulheres de 60 anos ou mais nas condições de empregada doméstica – e que dormem no emprego – e parente de empregada doméstica e o percentual de homens na categoria de pensionista – isto é, que não são parentes e pagam pela hospedagem ou alimentação (Tabela 5).

**Tabela 4** - Distribuição da população de 60 anos ou mais de idade por sexo e classe de rendimento familiar per capita - Brasil e Grandes Regiões - 2008

TOTAL	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE				
	TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (%)			
		ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 A 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2
<b>BRASIL</b>	<b>21.008.052</b>	<b>10,9</b>	<b>30,9</b>	<b>29,3</b>	<b>24,9</b>
Norte	1.080.864	17,0	37,7	28,8	13,7
Nordeste	5.435.245	18,8	45,3	22,2	11,4
Sudeste	9.907.038	7,2	23,9	31,4	31,7
Sul	3.326.789	7,1	25,2	35,4	29,9
Centro-Oeste	1.258.116	11,1	32,9	28,1	25,1

HOMENS	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE				
	TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (%)			
		ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 A 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2
<b>BRASIL</b>	<b>9.203.022</b>	<b>11,8</b>	<b>30,4</b>	<b>28,7</b>	<b>25,0</b>
Norte	517.741	17,6	37,2	28,9	13,7
Nordeste	2.394.916	20,5	44,5	20,9	11,4
Sudeste	4.228.868	7,4	22,9	31,4	32,4
Sul	1.464.648	7,9	25,9	35,4	29,9
Centro-Oeste	597.049	12,1	31,6	28,1	25,4



MULHERES	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE				
	TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (%)			
		ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 A 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2
<b>BRASIL</b>	<b>11.804.830</b>	<b>10,2</b>	<b>31,3</b>	<b>29,7</b>	<b>24,7</b>
Norte	563.123	16,4	38,2	28,6	13,6
Nordeste	3.040.329	17,3	46,0	23,2	11,4
Sudeste	5.678.170	6,9	24,6	31,3	31,3
Sul	1.862.141	6,4	24,7	36,5	29,9
Centro-Oeste	661.067	10,2	34,1	28,2	24,9

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

**Tabela 5** - Pessoas de 60 anos ou mais de idade segundo a condição na família - Brasil e Grandes Regiões - 2008

CONDIÇÃO NA FAMÍLIA	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
Pessoa Referência	57,6	42,4	13.514.748
Cônjuge	16,1	83,9	5.031.839
Filho	39,6	60,4	88.658
Outro Parente	23,8	76,2	2.287.966
Agregado	41,7	58,3	84.841
Pensionista	69,7	30,3	14.833
Empregado Doméstico	6,3	93,7	15.701
Parente Empregado Doméstico	-	100,0	498
<b>TOTAL</b>	<b>43,8</b>	<b>56,2</b>	<b>21.039.084</b>

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

A maioria dos idosos brasileiros vive em arranjos familiares do tipo casal, seja com ou sem filhos (62%), embora a presença de filhos, na maioria das vezes, seja determinante para a presença do idoso na família. Quando o casal trabalha fora, o idoso assume parte da tarefa de educação e cuidado das crianças. O mesmo ocorre em famílias nas quais a mulher não tem cônjuge e tem filhos. Nesses casos, as idosas têm uma participação expressiva (23,4%). No entanto, uma parcela significativa de idosos vive sozinho (13,8%) e, entre as mulheres, esse percentual se eleva para 16,7% (Tabela 6).

**Tabela 6** - Pessoas de 60 anos ou mais de idade e tipo de arranjo familiar - Brasil e Grandes Regiões - 2008

TOTAL	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR TIPO DE ARRANJO FAMILIAR (%)				
		UNIPESSOAL	CASAL SEM FILHOS	CASAL COM FILHOS	MÃE COM FILHOS	OUTROS
<b>BRASIL</b>	<b>21.039.084</b>	<b>13,8</b>	<b>32,8</b>	<b>29,2</b>	<b>13,7</b>	<b>10,6</b>
Norte	1.082.850	10,1	28,9	35,0	14,6	11,4
Nordeste	5.440.850	12,2	27,0	33,9	15,6	11,3
Sudeste	9.921.816	14,5	33,7	27,3	13,8	10,7
Sul	3.332.796	15,4	39,4	25,8	10,2	9,2
Centro-Oeste	1.260.772	14,1	36,6	27,2	12,7	9,4

HOMENS	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR TIPO DE ARRANJO FAMILIAR (%)				
		UNIPESSOAL	CASAL SEM FILHOS	CASAL COM FILHOS	MÃE COM FILHOS	OUTROS
<b>BRASIL</b>	<b>9.214.542</b>	<b>10,0</b>	<b>41,0</b>	<b>39,2</b>	<b>1,2</b>	<b>8,6</b>
Norte	519.500	11,0	33,8	44,7	1,6	8,9
Nordeste	2.395.685	10,2	33,6	45,6	1,3	9,3
Sudeste	4.234.257	9,4	42,8	37,6	1,4	8,8
Sul	1.467.001	10,4	49,1	32,9	0,7	6,9
Centro-Oeste	598.099	12,1	43,9	34,7	1,1	8,3

MULHERES	PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR TIPO DE ARRANJO FAMILIAR (%)				
		UNIPESSOAL	CASAL SEM FILHOS	CASAL COM FILHOS	MÃE COM FILHOS	OUTROS
<b>BRASIL</b>	<b>11.824.542</b>	<b>16,7</b>	<b>26,4</b>	<b>21,4</b>	<b>23,4</b>	<b>12,1</b>
Norte	563.350	9,3	24,5	26,0	26,5	13,7
Nordeste	3.045.165	13,8	21,8	24,6	26,8	13,0
Sudeste	5.687.559	18,3	26,9	19,7	23,1	12,1
Sul	1.865.795	19,4	31,9	20,2	17,6	11,0
Centro-Oeste	662.673	16,0	30,1	20,4	23,1	10,4

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

Por fim, outro aspecto que caracteriza esse perfil resumido dos idosos brasileiros é a questão do trabalho. Com relação a essa característica, o debate é um tanto controverso. A participação no mercado de trabalho representa, de um lado, um grupo de indivíduos com boas condições de saúde que, apesar da idade avançada, vê no trabalho um meio de inserção social ou um mecanismo para se manterem ativos e capazes. E de outro, para uma parte dos idosos a manutenção no mercado de trabalho não é uma escolha, mas sim necessidade, seja por causas das despesas que aumentam com a idade (particularmente as relacionadas com a saúde) ou

dada à importância da renda do idoso na família.<sup>8</sup>

De acordo com Camarano (2001), o padrão brasileiro de inserção dos idosos no mercado de trabalho é elevado, se comparado com outros países, sobretudo porque muitos já são aposentados.<sup>9</sup> Em 2008, 30,5% dos idosos de 60 anos ou mais de idade estavam ocupados (Tabela 7). O menor percentual é verificado no Sudeste (26,4%). Na comparação por gênero, a maior inserção no mercado de trabalho é verificada entre os homens (43,5%). No caso das mulheres, esse percentual é menos da metade (20,3%).

De fato, a baixa participação da mulher no mercado de trabalho encobre um aspecto importante: o trabalho reprodutivo. Como visto anteriormente, grande parte das idosas vive em famílias do tipo “mãe com filhos” (23,4%). A idosa não vai para o mercado de trabalho, não somente por sua baixa escolaridade e pouca experiência profissional, reflexo de uma época em que suas principais funções sociais era ser mãe e esposa, mas porque, na geração atual, suas filhas estão no mercado de trabalho e, dessa maneira, parte da tarefa de cuidado dos filhos (no caso, netos) é transferida para as avós.

**Tabela 7** - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idades ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008

GRANDES REGIÕES	PROPORÇÃO DAS PESSOAS DE 60, 65 E 70 ANOS OU MAIS DE IDADES OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO (%)								
	60 ANOS OU MAIS			65 ANOS OU MAIS			70 ANOS OU MAIS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
<b>BRASIL</b>	<b>30,5</b>	<b>43,5</b>	<b>20,3</b>	<b>22,8</b>	<b>33,9</b>	<b>14,5</b>	<b>17,0</b>	<b>26,0</b>	<b>10,5</b>
Norte	36,7	52,2	22,4	28,4	41,1	16,8	19,5	29,7	10,7
Nordeste	34,1	48,0	23,2	26,7	38,9	17,2	21,1	32,0	12,8
Sudeste	26,4	38,1	17,7	18,8	28,1	12,2	13,5	20,1	8,9
Sul	33,8	46,9	23,6	25,9	37,9	16,8	20,4	31,5	12,5
Centro-Oeste	33,3	48,4	19,7	24,8	38,6	12,6	17,8	28,8	8,4

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

## O envelhecimento populacional e a Previdência Social

Com o processo de envelhecimento populacional emergem inúmeras demandas e também problemas relacionados com esse novo padrão de-

<sup>8</sup> Segundo Camarano (2001), em 1998, um idoso contribuía, em média, com 53% do rendimento familiar.

<sup>9</sup> Camarano e Pasinato (2007) destacam ainda que, dadas as características do mercado de trabalho brasileiro, a maior parte dos idosos está em atividades informais.

mográfico. Um deles é a questão previdenciária. Em 2008, 48% da população ocupada não contribuía para a Previdência Social. De acordo com o fluxo de caixa do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2008, o saldo era um déficit de 36,2 bilhões (ou 44,8 bilhões se considerada a arrecadação total menos a transferência da União e os pagamentos previdenciários), o que representa cerca de 1,5% do PIB. Os benefícios da Previdência Social abrangem aposentadorias, auxílios, pensão por morte, salário-família, salário-maternidade e assistência social, sendo este último excluído do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Camarano e Pasinato (2007) destacam, com base em alguns relatórios de organismos internacionais, que na América Latina os esforços para reestruturar o sistema previdenciário têm focado no equilíbrio entre contribuintes/beneficiários, isto é, no saneamento do componente contributivo. O Brasil é o país que mais tem avançado na consolidação de redes de proteção para a população carente e sem capacidade contributiva, como a previdência rural e os benefícios assistenciais (auxílio ao idoso e às pessoas com deficiência em situação de pobreza). Além disso, vários estudos têm apontado para os efeitos positivos dos benefícios assistenciais na redução da pobreza e melhora das condições de vida dos idosos (BELTRÃO et al, 2004b; CAMARANO; PASINATO, 2007; CAMARANO, 2006). Logo, nessa discussão de estruturação das contas previdenciárias, três aspectos devem ser considerados: a baixa inserção das mulheres no mercado de trabalho, o elevado percentual da população não contribuinte e os limites etários de aposentadoria.

Fígoli (2001) ressalta que, em função das mudanças na estrutura etária, um novo padrão por gênero também se configura no tipo de aposentadoria. Dada a maior participação dos homens no mercado de trabalho, nesse grupo predominam as aposentadorias por tempo de serviço. Por outro lado, no caso das mulheres, predominam as aposentadorias por idade. Com o intuito de estimar os futuros beneficiários urbanos da Previdência Social, a autora afirma que, em termos absolutos, a massa de beneficiários deverá aumentar, entre 1990 e 2040, aproximadamente 679%, se não houver alteração no regime de Previdência Social.

Este aumento será resultado principalmente do envelhecimento populacional, refletindo, também, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Com efeito, o aumento proporcional de mulheres beneficiárias será maior, em decorrência desses dois fenômenos. De acordo com a projeção média, a autora estima que a participação dos homens no total de benefícios (segundo as três espécies) passará de 70,7%, em 1990,

para 54,7%, em 2040. No caso das mulheres, estima-se que os percentuais passarão de 29,3% para 53,3%. A autora considera, ainda, a hipótese de estabelecer um patamar mínimo de 55 anos para a aposentadoria, de forma que os resultados mostraram que esse limite teve pouco efeito sobre a entrada das mulheres na aposentadoria. O limite de idade causa apenas um impacto inicial no quantitativo das novas aposentadorias.

## O trabalho reprodutivo das mulheres: novas demandas sociais?

De acordo com Camarano (2002), nesse processo de envelhecimento populacional, um aspecto especialmente importante para as políticas públicas, é a feminização da população idosa. Isso porque, nesse grupo, as mulheres não têm experiência no mercado de trabalho e são menos instruídas, o que exige um maior gasto por parte do Estado.

Nesse contexto, emerge uma nova demanda que é o reconhecimento da contribuição das mulheres para a reprodução social, trabalho este não considerado nas estatísticas econômicas. Em virtude do papel atribuído às mulheres de cuidado da casa e da família, sua participação no mercado de trabalho sempre esteve abaixo da masculina e restrita a uma jornada menor. Em 1970, a taxa de participação feminina era de 18,5% contra 71,8% para os homens e, em 2008, esses percentuais passaram para 52,2% e 72,4%, respectivamente. Como se pode observar, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho é um fenômeno recente, impulsionado não somente pela atuação dos movimentos feministas, mas também relacionado às mudanças socioeconômicas no âmbito da família. Nesse período, aumentou consideravelmente o número de mulheres chefes de família (35% em 2008) e a contribuição delas no rendimento familiar. Atualmente, a figura feminina vai além do papel de mãe e esposa, pois a mulher atua como provedora, acumulando dentro e fora de casa uma jornada de trabalho semanal de mais de 55 horas.

Apesar dos avanços observados para as mulheres nos últimos anos no campo da educação, do trabalho, entre outros, o cenário é muito diferente no caso das mulheres idosas, o que revela, inclusive, sua condição de dependência econômica. Muitas das mulheres que contribuíram por toda uma vida (e ainda contribuem como avós) para a manutenção da família não possuem qualquer rendimento. Elas somam quase 14% do total de idosas. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que muitos idosos com rendimento contribuem significativamente para o rendimento familiar, principalmente

quando os filhos encontram-se na condição de desempregados. Voltando às idosas sem rendimento, tem-se que 11,8 milhões delas, cerca de  $\frac{1}{4}$  (24,4%), não possuem nem aposentadoria nem pensão (Tabela 8).

**Tabela 8** - Pessoas de 60 anos ou mais de idade por grupos de idade e sexo sem aposentadoria ou pensão - 2008

REGIÕES	60 ANOS OU MAIS		60 - 64 ANOS		65 - 69 ANOS		70 ANOS OU MAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Norte	176.207	157.121	103.313	85.908	40.081	33.098	32.813	38.115
Nordeste	465.248	589.872	301.126	290.197	88.658	140.932	75.464	158.743
Sudeste	835.105	1.570.988	593.790	738.698	145.670	387.928	95.645	444.362
Sul	237.093	345.641	175.267	184.818	39.559	78.236	22.267	82.587
Centro-Oeste	203.940	220.386	113.819	111.467	51.306	48.721	38.815	60.198
<b>TOTAL</b>	<b>1.917.593</b>	<b>2.884.008</b>	<b>1.287.315</b>	<b>1.411.088</b>	<b>365.274</b>	<b>688.915</b>	<b>265.004</b>	<b>784.005</b>

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

Em 2005 foi aprovada, como Emenda Constitucional n.47, a proposta de “aposentadoria para as donas de casa” da Deputada Federal Luci Choinacki (PT/SC). De acordo com essa emenda, é prevista a elaboração de lei específica que inclua na Previdência Social as trabalhadoras de baixa renda que durante sua vida se dedicaram exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito da família ou até mesmo passaram pelo trabalho formal e informal, mas por desconhecimento ou condição de pobreza inviabilizou sua contribuição individual ao regime de Previdência Social.

Desde 2005, pouco se avançou em relação a esse aspecto e o que se tem de concreto em relação à Previdência Social é a concessão de “auxílio idoso” no item relativo à assistência social. Nessa rubrica, são concedidos benefícios de um salário mínimo à população portadora de deficiência e aos idosos que não tenham condições de se manterem (possuem um rendimento familiar de até  $\frac{1}{4}$  salário mínimo *per capita*). Em 2008, foram concedidos 198,4 mil benefícios aos idosos, o que representa quase 5% do total de benefícios concedidos.

De acordo com a Tabela 9, tem-se que 1,6 milhão de mulheres não possuem qualquer rendimento contra 288 mil homens. Esse resultado expressa, em parte, a condição de pobreza e vulnerabilidade feminina pela ausência de meios econômicos para se manterem. Outro aspecto que chama atenção é que a proporção de mulheres nessa condição, de acordo com os grupos de idade, é maior entre as idosas mais jovens, e não o contrário.

Observa-se que 21,6 % das idosas de 60 a 64 anos não possuem qualquer rendimento, enquanto na população de 70 anos ou mais esse percentual é de 8,2%. Esse resultado revela um aspecto preocupante, porque, apesar da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, quando idosas muitas delas não possuem rendimento. Isto é, não está havendo uma absorção da população feminina contribuinte que reduza o estoque de mulheres mais velhas sem rendimento. De outro, este resultado reflete a concessão de benefícios assistenciais concedidos pelo regime do LOAS às pessoas com 65 anos ou mais sem meios de prover sua manutenção.

Para subsidiar ainda mais essa discussão, é importante considerar que no mercado de trabalho feminino 70% das trabalhadoras domésticas não contribuem para a Previdência Social e este percentual se eleva para 86% entre as trabalhadoras por conta-própria. Além disso, 2,6 milhões de mulheres no mercado de trabalho não possuem remuneração.

**Tabela 9** - Pessoas de 60 anos ou mais de idade por grupos de idade e sexo sem qualquer rendimento - 2008

REGIÕES	60 ANOS OU MAIS		60 - 64 ANOS		65 - 69 ANOS		70 ANOS OU MAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Norte	18.520	67.304	11.492	40.621	4.633	13.335	2.395	13.348
Nordeste	81.659	240.640	51.007	125.391	15.384	58.501	15.268	56.748
Sudeste	119.269	990.232	79.177	433.473	17.851	256.939	22.241	299.820
Sul	41.440	216.690	27.182	109.079	7.588	55.539	6.670	52.072
Centro-Oeste	27.350	101.898	16.259	57.587	5.478	22.111	5.613	22.200
<b>TOTAL</b>	<b>288.238</b>	<b>1.616.764</b>	<b>185.117</b>	<b>766.151</b>	<b>50.934</b>	<b>406.425</b>	<b>52.187</b>	<b>444.188</b>

**Fonte** IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

O público-alvo que estaria apto a ser incluso numa política previdenciária, como a “aposentadoria das donas de casa” pode ser estimado a partir das informações contidas nas tabelas 10 e 11. No caso da Tabela 10, tem-se o número de mulheres que não possui nem aposentadoria nem pensão, mas que podem possuir algum outro rendimento, e que vivem em famílias com rendimento até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*. Nesse caso, totalizam 544 mil mulheres nessa condição. As mulheres que dependem economicamente da família (sem qualquer rendimento) e a própria família está num contexto de pobreza (rendimento até  $\frac{1}{2}$  SM *per capita*) figuram 362 mil mulheres, o que representa 3,1% da população feminina idosa (Tabela 11).

**Tabela 10** - Pessoas de 60 anos ou mais de idade sem aposentadoria ou pensão com rendimento familiar de até ½ salário mínimo per capita - 2008

REGIÕES	60 ANOS OU MAIS		60 - 64 ANOS		65 - 69 ANOS		70 ANOS OU MAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Norte	47.100	45.974	29.205	28.302	12.792	7.822	5.133	9.850
Nordeste	175.552	178.522	117.576	103.385	34.171	39.603	23.805	35.534
Sudeste	128.055	219.683	90.493	101.641	16.806	49.159	20.756	68.883
Sul	46.960	57.771	32.700	28.927	8.425	12.472	5.835	16.372
Centro-Oeste	42.510	42.534	26.160	25.041	9.388	6.162	6.962	11.331
<b>TOTAL</b>	<b>440.177</b>	<b>544.484</b>	<b>296.134</b>	<b>287.296</b>	<b>81.552</b>	<b>115.218</b>	<b>62.491</b>	<b>141.970</b>

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

Vale ressaltar que o corte econômico adotado nesses indicadores é de ½ SM *per capita* para representar condição de pobreza. Os benefícios do LOAS, no entanto, consideram o patamar de ¼ SM *per capita* e o recorte etário de 65 anos ou mais, ainda que o Estatuto do Idoso classifique tais pessoas a partir de 60 anos. De acordo com esses critérios da Previdência Social, os dados da PNAD, em 2008, contabilizaram 197,5 mil pessoas. Nesse mesmo ano, foi registrada, segundo o AEPS, uma concessão de 198,4 mil benefícios aos idosos. Do ponto de vista contábil, poderia se pensar que não há necessidade de se ter uma política de gênero, uma vez que a política social está cobrindo toda a população idosa em condição de pobreza.

Do ponto de vista político, uma ampliação do critério de elegibilidade, tanto em relação à idade quanto no que diz respeito à faixa de renda, parece esbarrar no aspecto orçamentário. Mas não necessariamente isso é verdade, pois os benefícios assistenciais, bem como os programas sociais do Governo Federal, em que se destaca o Bolsa Família, são financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Numa perspectiva de gênero, ainda que o reconhecimento do trabalho doméstico das mulheres tenha um grande valor social, esse caso da ampliação do critério tem duplo impacto. Para a população idosa, as mulheres serão as maiores beneficiadas, dado que elas representam mais que o dobro dos homens na condição de dependência familiar e pobreza. O outro impacto seria obtido ampliando a faixa de renda para outros programas sociais e, no caso do Bolsa Família, também beneficiará as mulheres, pois grande parte dos benefícios lhes é entregue.



**Tabela 11** - Pessoas de 60 anos ou mais de idade por grupos de idade e sexo sem qualquer rendimento e dependente do rendimento da família per capita - 2008

ATÉ ½ SM	60 ANOS OU MAIS		60 - 64 ANOS		65 - 69 ANOS		70 ANOS OU MAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Norte	12.741	27.520	8.130	16.345	3.382	5.446	1.229	5.729
Nordeste	57.615	93.993	35.707	52.500	11.203	19.437	10.705	22.056
Sudeste	57.895	168.057	39.606	74.854	7.514	37.847	10.775	55.356
Sul	23.688	46.282	15.213	20.942	4.763	11.040	3.712	14.300
Centro-Oeste	17.365	26.385	10.099	15.144	5.028	4.653	2.238	6.588
<b>TOTAL</b>	<b>169.304</b>	<b>362.237</b>	<b>108.755</b>	<b>179.785</b>	<b>31.890</b>	<b>78.423</b>	<b>28.659</b>	<b>104.029</b>

½ SM A 1 SM	60 ANOS OU MAIS		60 - 64 ANOS		65 - 69 ANOS		70 ANOS OU MAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Norte	4.159	16.063	2.364	10.658	1.251	3.597	544	1.808
Nordeste	14.665	67.913	9.115	37.156	2.910	16.873	2.640	13.884
Sudeste	28.371	243.252	18.221	114.008	4.683	64.176	5.467	65.068
Sul	11.938	49.299	7.677	29.075	1.948	11.143	2.313	9.081
Centro-Oeste	5.005	29.030	4.072	17.906	-	6.215	933	4.909
<b>TOTAL</b>	<b>64.138</b>	<b>405.557</b>	<b>41.449</b>	<b>208.803</b>	<b>10.792</b>	<b>102.004</b>	<b>11.897</b>	<b>94.750</b>

MAIS DE 1 SM	60 ANOS OU MAIS		60 - 64 ANOS		65 - 69 ANOS		70 ANOS OU MAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Norte	1.620	23.721	998	13.618	-	4.292	622	5.811
Nordeste	9.379	78.734	78.734	35.735	1.271	22.191	1.923	20.808
Sudeste	33.003	578.923	578.923	244.611	5.654	154.916	5.999	179.396
Sul	5.130	121.109	121.109	59.062	649	33.356	645	28.691
Centro-Oeste	4.980	46.483	46.483	24.537	850	11.243	2.442	10.703
<b>TOTAL</b>	<b>54.112</b>	<b>848.970</b>	<b>848.970</b>	<b>377.563</b>	<b>8.024</b>	<b>225.998</b>	<b>11.631</b>	<b>245.409</b>

Fonte IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2008

## Conclusão

A redução das taxas de fecundidade e de mortalidade no caso brasileiro tem sido responsável pela configuração de um novo padrão demográfico, no qual se observa uma sobrevivência das mulheres. A questão da “feminização” do envelhecimento é apontado como um problema para as políticas públicas, considerando o perfil sociodemográfico das idosas. A grande maioria das idosas nunca trabalhou ou não contribuiu para a Previdência Social e tem baixa escolaridade. A falta de rendimento e o não reconhecimento do trabalho reprodutivo das mulheres colocam-nas, muitas das vezes, em uma situação de dependência.

O perfil apresentado revela que o envelhecimento populacional tem levado a mudanças na estrutura familiar e nas características de rendimento. Embora muitos idosos se encontrem em situação de vulnerabilidade, outra parcela tem sido responsável pela manutenção da família. Este estudo mostrou ainda que, do ponto de vista quantitativo, as políticas assistenciais têm atingido seu público-alvo – principalmente as mulheres em situação de pobreza. Logo, embora se tenha um movimento em prol do reconhecimento do trabalho reprodutivo das mulheres, não se pode negar que, de certa forma os requisitos da EC n. 47, estão sendo atendidos.

## Referências

AGOSTINHO, C. S.; MÁXIMO, G. C. *Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza*. Caxambu: ABEP, 18-22 set. 2006. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

ANDRADE, E. G. Envelhecimento e previdência social no Brasil. In: WONG, Laura Rodriguez (Org.). *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, ABEP, 2001.

BELTRÃO, K. I. et al. *Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1034, 2004a. Texto para discussão.

\_\_\_\_\_. *Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da Seguridade Rural*. Caxambu: ALAP, 18-20 setembro 2004b. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População.

BERQUÓ, E.; BAENINGER, R. *Os idosos no Brasil: considerações demográficas*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000. (Textos Nepo 37).

CAMARANO, A. A. *Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para discussão n. 1179).

\_\_\_\_\_. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão n. 858).

\_\_\_\_\_. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Texto para discussão n. 830.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. *Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão n. 1292).

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 621).

FÍGOLI, M. Envelhecimento populacional e o comportamento das aposentadorias urbanas no Brasil. In: WONG, Laura Rodriguez (Org.). *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, ABEP, 2001.

IBGE. Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2008*. Rio de Janeiro, 2009. Microdados.

\_\_\_\_\_. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, M. M. Envelhecimento da população Brasileira: aspectos gerais. In: WONG, Laura Rodriguez (Org.). *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, ABEP, 2001.

NASCIMENTO, M. R. do. Feminização do envelhecimento populacional: expectativas e realidades de mulheres idosas quanto ao suporte familiar. In: WONG, Laura Rodriguez (Org.). *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, ABEP, 2001.

ROMERO, D. L. Variações de gênero na relação entre arranjo familiar e status de saúde dos idosos brasileiros. Ouro Preto, 4-8 nov. 2002. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.